

MERVAL PEREIRA



Trocando de lado (2)

DÍVIDA PÚBLICA

• A preocupação sobre a viabilidade ou não do pagamento da dívida interna tem dominado as discussões de economistas de diversas tendências, especialmente os paulistas. O grupo da PUC do Rio, principal artífice do Plano Real, continua basicamente acreditando na política gradual atual e estuda meios de garantir a queda dos juros sem afetar o controle da inflação. Os paulistas, no entanto, dizem que se o governo não baixar a taxa de juros não haverá superávit primário que cubra o aumento de gastos, decorrente da recarga de juros.

Mesmo com a queda das taxas em 2004, a carga desse gasto, em relação ao PIB, continuará alta e superior à que FHC pagava. Daí, cresce entre os economistas a idéia de que a dívida interna possa vir a tornar-se insolúvel.

Para justificar sua crença de que os juros continuarão caindo, mantendo a dívida sob controle, o secretário do Tesouro, Joaquim Levy, exemplifica com os juros reais de médio prazo da dívida: "No primeiro governo de Fernando Henrique eles eram de 15%, 18%. Obviamente ninguém investe nisso, todo mundo inventa outra coisa para fazer. Depois caíram para 11% na época do Arminio (Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central e defensor da atual política econômica). No ano passado foi descendo e hoje está em 8%."

Levy diz que tem certeza de que "não vai demorar muito para chegar a 7%, que ainda é alto em relação a outros países. Mas é 1/3 do que estava na época em que a dívida subiu como subiu. Agora estamos tentando fazer o caminho de volta com toda calma, toda humildade".

Ele lembra que a relação dívida/PIB está se estabilizando e começou a cair no ano passado. Confessa que não está "muito contente", porque esta relação vai acabar este ano mais alta do que já esteve em 1999 e 2000. Mas diz que "estamos na direção certa. Ela parou de subir". De 1994 a 2002 a dívida subiu todos os anos, com exceção de 2000. Hoje está em torno de 57%. Sobre o ano passado, ele ressalta que a dívida em relação ao PIB caiu pela primeira vez. "Este ano deve dar mais uma ligeira queda. E depois temos mais uns três ou quatro anos para ela chegar ao patamar de 40%, que é o que nos deixaria realmente confortáveis", diz Levy.

Ele acredita que as quedas sucessivas da relação dívida/PIB levarão a um círculo virtuoso em que esta cairá cada vez mais rapidamente. "Em quatro, cinco anos, você tem uma queda realmente significativa. É uma bola de neve tanto por causa da aritmética quanto porque, quando as pessoas vêem dois, três anos de queda, as famosas taxas de juros começam a cair lá para baixo".

O secretário do Tesouro lembra que a taxa de juros que interessa é a que os investidores cobram para comprar os papéis brasileiros. E a queda não acontece porque o Banco Central quer, mas porque o mercado reconhece que a economia está entrando em uma estabilidade duradoura.

Para essa estabilidade, Levy vê duas condições básicas: aumentar os investimentos, e aí ele destaca as Parcerias Público-Privadas como instrumento fundamental, especialmente para obras de infraestrutura; e otimizar os gastos do governo, especialmente as despesas sociais. Neste caso está falando das vinculações orçamentárias que, segundo ele, do modo que são feitas no país, "simplesmente inviabilizam o governo. Todo mundo

quer defender seu pedaço e a conta não fecha".

Levy não discute que os investimentos sociais são necessários, mas queixa-se de que não há mecanismos para acompanhar a aplicação dessas verbas. Ele diz que no caso da saúde, por exemplo, "não há o menor acompanhamento de eficiência". Para ele, o sistema de vinculações orçamentárias que temos é inconsistente, pois não havendo um acompanhamento aquela verba passa a ser "um direito divino".

Levy diz que nunca foi criado "um real mecanismo de controle" sobre como a verba é gasta. Controlar essas despesas de caráter continuado é um objetivo de médio prazo do governo. Segundo ele, está na hora de se verificar a efetividade delas, como as do Fundef, por exemplo: "Esta é uma questão muito séria, há várias distorções nesse processo e temos que conferir se o dinheiro foi bem gasto".

Com relação à saúde ele também tem queixas: "Quando quisemos usar a verba para o Bolsa-Família, coisas ligadas à saúde, ao bem-estar da população, aí disseram que não pode. Como é que garantir alimentação e vacinação para as crianças está ligado à saúde? Saneamento também não é saúde. Então, só clínica privada, hospital, é que é saúde?"

Quanto às PPPs, o secretário Joaquim Levy diz que começou a trabalhar na sua concepção ainda no governo Fernando Henrique: "Não queremos passar cheque para o futuro, não há armação com empreiteiras", garante. Ele vê nas PPPs a solução para trazer o investimento privado "para construir o amanhã".

O secretário do Tesouro vê a economia brasileira como um processo em marcha: vencemos a inflação; já temos a experiência de o país funcionar mais ou menos direito, apesar dos desequilíbrios inerentes à transição para uma situação fiscal estável, e se continuarmos nesse ritmo, segundo ele, vamos entrar em um grau de normalidade em que poderemos ter instrumentos como outros países, como por exemplo um orçamento multianual, que dá indicadores para um planejamento de longo prazo, para dar previsibilidade ao gestor e "um certo grau de flexibilidade" que a questão fiscal exige.

A curto prazo, a Secretaria do Tesouro está usando a computação para ter controle sobre uma série de processos dentro do governo: compra eletrônica, cartão corporativo, simplificação de pagamentos, para garantir maior conhecimento do que está acontecendo, e menores custos.

Ele esclarece que não há, por parte do Ministério da Fazenda, nenhuma proposta para o FMI sobre desvinculação orçamentária, mas apenas um estudo para analisar fatores como a consistência dessas vinculações: "Hoje nós chegamos ao absurdo de termos apenas R\$ 20 bilhões disponíveis num orçamento de R\$ 400 bilhões. Isso é um contra-senso, não é eficiente", diz ele.